

N

CASA DO POVO DE VILARANDELO

Anexo

31 De Dezembro de 2019

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
5	Activos Fixos Tangíveis.....	10
6	Locações.....	11
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	12
8	Inventários	12
9	Rédito.....	12
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	13
11	Benefícios dos empregados	13
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	14
13	Outras Informações	14
13.1	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	14
13.2	Clientes e Utentes	14
13.3	Outras ativos correntes.....	14
13.4	Diferimentos	15
13.5	Caixa e Depósitos Bancários e Fluxos de Caixa	15
13.6	Fundos Patrimoniais	15
13.7	Fornecedores	16
13.8	Estado e Outros Entes Públicos	16
13.9	Outras Passivos Correntes	16
13.10	Subsídios, doações e legados à exploração	17
13.11	Fornecimentos e serviços externos	17
13.12	Outros rendimentos.....	17
13.13	Outros gastos	17
13.14	Resultados Financeiros	18
13.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

A “CASA DO POVO DE VILARANDELO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República n.º , Série II, com sede em Rua Professor José Ribeirinha Machado n.4. Tem como actividade , para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Apoio à Ação social em diversas valências

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, com as alterações introduzidas pelo DL.98/2015 de 2 de Junho, portaria 106/2011 de 14/03; portaria 106/2011, de 14/03 que refere que o sistema de Normalização para Entidades do Setor não Lucrativo é composto por :

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os “Activos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Outros créditos a receber

Os "Outros créditos a receber" e " outros ativos correntes", encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica " Caixa e depósitos bancários", inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos corrente" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.4 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Passivo corrente e/ou passivo não corrente

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Activos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respectivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do activo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o activo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.5 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos

termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial 2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	20.122,46	6987,84				27.110,30
Edifícios e outras construções	2.388.689,60	70184,48				2.458.874,08
Equipamento básico	409.470,51	24105,67				433.576,18
Equipamento de transporte	137.126,86	9000,00	9500,00			136.626,86
Equipamento administrativo	230.032,32	7993,79				238.026,11
Outros Activos fixos tangíveis	82.316,90					82.316,90
Total	3.267.758,65	118.271,78	9.500,00	0,00	0,00	3.376.530,43
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	38,66					38,66
Edifícios e outras construções	522.351,37	49412,97				571.764,34
Equipamento básico	359.178,59	21450,91				382.656,75
Equipamento de transporte	135.998,59	1865,71	7700,00			128.314,30
Ferramentas e utensílios	736,33					736,33
Equipamento administrativo	166.717,60	7233,38				173.773,73
Outras imobilizações corpóreas	11.034,31					11.034,31
Total	1.196.055,45	79.962,97	7.700,00	0,00	0,00	1.268.318,42

No que concerne aos “Investimento financeiros” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguinte:

Descrição	2019					Saldo Final
	Saldo inicial	Diminuições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	
Investimentos financeiros (FCTFGCT) - Entregas	6.181,70	1898,78				8.080,48
Total	6.181,70	1.898,78	0,00	0,00	0,00	8.080,48

Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	
Investimentos financeiros (FCT/FGCT) - Entrgas	3934,72	2246,98				6.181,70
Centro de apoio a dependentes	803,79		803,79			
Total	803,79	0,00	803,79	0,00	0,00	0,00

6 Locações

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2018			2019		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
De um a cinco anos	0,00		0,00	0,00		0,00
Mais de cinco anos	4.684,80		4.684,80	0,00		0,00
Total	4.684,80	0,00	4.684,80	0,00		0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	311.439,13	311.439,13	0,00	346.808,98	346.808,98
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	4.684,80	4.684,80
Outros Empréstimos	0,00	549,08	549,08	0,00	549,08	549,08
Total	0,00	311.988,21	311.988,21	0,00	352.042,86	352.042,86

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Mais de cinco anos	400000,00	48992,76	311.439,13	400000,00	15962,27	346.808,98
Total	400.000,00	48.992,76	311.439,13	400.000,00	15.962,27	346.808,98

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	9.066,46	150017,49	0,00	8.503,23	161870,79	0,00	9.066,46
Total	9.066,46	150.017,49	0,00	8.503,23	161.870,79	0,00	9.066,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	158.969,28	0,00	0,00	150.580,72	0,00	0,00	158.969,28

9 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	581,86	564,03
Vendas de mercadorias	581,86	564,03
Prestação de Serviços	0,00	689794,30
Matrículas e mensal.de utentes	637.709,93	651.067,42
Quotas e jóias	4.357,50	5.076,50
Serviços secundários - cantina social	2.262,50	2.995,00
Banda de música	31.400,00	26.850,00
Prestação de serviços (CTT)	3.521,40	3.805,38
Subsídios, doações e legados à exploração	1025943,71	1065379,41
Subsídios	1.025.943,71	1.065.379,41
Outros rendimentos	80420,31	175708,43
Outros rendimentos	80.420,31	175.708,43
Total	1.106.945,88	1.931.446,17

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
ISS,IP-Centro Distrital	912.881,98	964.824,14
Outros Subsídios		Apoios do Governo
Autarquias	21.750,00	35.155,28
Projeto CLDS - 3G	83.722,56	58.530,82
INATEL	625,00	0,00
Freguesia de Vilarandelo	2.000,00	1.800,00
subsídio de outras entidades	4.964,17	5.069,17
Total	1.025.943,71	1.065.379,41

11 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respectivamente "5"

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "80" e em 31/12/2019 foi de "78".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	982.462,07	1.031.745,79

Encargos sobre as Remunerações	202.201,64	211.792,28
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.436,60	7.685,28
Outros Gastos com o Pessoal (FGCT / FCT)	4.361,96	4.886,74
	154,02	183,03
Total	1.196.616,29	1.256.293,12

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artº. 210º do código dos regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro do prazo legalmente estipulado.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018 apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Passivo		
Empréstimos obtidos - Fundadores/beneméritos	549,08	549,08
Total	549,08	549,08

13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica "Utentes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes		
Clientes e utentes C/C	76.798,67	74.833,19
Adiantamento de utentes	3.126,99	5.330,21
Total	73.671,68	69.502,98

13.3 Outras ativos correntes

A rubrica "Outras créditos" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Outras operações - Com o Pessoal	300,32	
Devedores por acréscimos de rendimentos		36.346,84
Outros Devedores	673,56	9.893,08
Total	973,88	46.239,92

13.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Gastos a reconhecer	6.255,60	4.455,62
Total	6.255,60	4.455,62
Rendimentos a Reconhecer		
Medida 4 - (FSE)	1.078,09	4.928,77
Medida 4 - (OSS)	224,36	1.025,91
Aprender a ser criança - (FSE)	87,34	399,28
Total	1.389,79	6.353,96

13.5 Caixa e Depósitos Bancários e Fluxos de Caixa

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", e os "Fluxos de Caixa" a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontravam-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	4.753,81	8.595,19
Depósitos à ordem	83.963,99	93.314,90
Total	88.717,80	101.910,09
Demonstração dos fluxos de caixa		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	45500,41	5576,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-45424,19	-16677,96
fluxos de caixa das atividades de financiamento	-13268,51	-14823,49
Variações de caixa e seus equivalentes (8+9+10)	-13192,29	-25924,89
Caixa e seus equivalentes no início do período	101910,09	127834,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período	88717,80	101910,09

13.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	316.721,49			316.721,49
Reservas	48.940,67			48.940,67
Resultados transitados	384.092,29	28178,50	36346,84	375.923,95
Subsídios	861.210,27		23614,50	837.595,77
Doações	81.122,46	41250,00		122.372,46
Total	1.692.087,18	69.428,50	59.961,34	1.701.554,34

13.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	47.328,43	33.158,37
Total	47.328,43	33.158,37

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.587,35	6.938,88
Total	3.587,35	6.938,88
Passivo		
I.R.S. de trabalhadores dependente e profissionais	3.214,25	4.099,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2,89	4,02
Contribuições para a Segurança Social	20.175,22	20.845,28
FGCT / FCT	163,44	146,76
Total	23.555,80	25.095,06

13.9 Outras Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes", desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outras contas a pagar				
Outras operações com o pessoal		300,32		
Vencimentos		150.943,54		147.590,72
Outras operações		2.269,21		26.414,86
Fornecedores de Investimentos		11.825,21		2.414,58
Outros credores		95.663,73		2.662,76
Total	0,00	261.002,01	0,00	179.082,92

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.020.979,54	1.060.415,24
Subsídios de outras entidades	4.964,17	4.964,17
Total	1.025.943,71	1.065.379,41

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados	91.117,54	85.636,42
Materiais	15.170,76	20.100,54
Energia e fluidos	116.184,48	120.140,78
Deslocações, estadas e transportes	18.440,67	24.370,10
Serviços diversos	110.921,46	114.788,23
Total	351.834,91	365.036,07

13.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	13.977,96	12.375,76
Descontos de pronto pagamento obtidos	85,10	234,45
Ganhos em inventários - Sinistros	0,00	329,08
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	1.250,00	0,00
rendimentos em investimentos não financeiros	4.877,54	20.000,00
Outros rendimentos e ganhos	60.229,71	142.769,14
Total	80.420,31	175.708,43

13.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	2.248,83	2.221,99
Gastos nos restantes investimentos financeiros	1.800,00	
Outros Gastos e Perdas	18.984,67	9.962,96
Gastos c/apoios financ.conc.a assoc.ou utentes	20.117,18	16.407,49
Total	43.150,68	28.592,44

13.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	13.268,51	14.823,49
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,11
Total	13.268,51	14.823,60

13.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 23 de Março de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção e Conselho Fiscal em 23 de Março de 2020

Vilarandelo, 23 de março de 2020

O Contabilista Certificado



A Direcção

